

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.946 - GO (2019/0050186-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**
ADVOGADOS : **CLAUDIO JORGE MACHADO - GO051176A**
 JOEL COSTA DE SOUZA - GO051177A
 JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175A
AGRAVADO : **GLAUCIENE ALVES TEIXEIRA**
ADVOGADO : **EDER CESAR DE CASTRO MARTINS - GO026375**

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste fundamento: incidência da Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do referido óbice.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, condeno a parte agravante, a título de honorários recursais, ao pagamento de mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em favor do procurador da parte agravada.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

